

A INTERGERAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA COMO POSSIBILIDADES DE PREVENÇÃO AOS MAUS TRATOS INTRAFAMILIAR CONTRA PESSOA IDOSA

THE INTERGERATION IN YOUTH AND ADULT EDUCATION – EJA AS A POSSIBILITY OF PREVENTING THE INTRAFAMILIAR MISTREATMENT AGAINST THE ELDERLY PERSON

Patrícia Carla da Hora¹ Deysiene Cruz²

RESUMO

O presente trabalho objetiva conhecer como a intergeração se articula nos espaços de formação da Educação de Jovens e Adultos – EJA e como esta intergeração pode contribuir para prevenção dos maus tratos contra pessoa idosa no contexto contemporâneo. A presente pesquisa esta apoiada em estudos que abordam a temática (in)tergeracional como Goldmam(2002), Magalhães (2000); sobre a EJA contamos com Arroyo (1999), Freire (1991); e por fim, na categoria de maus tratos, contaremos com Minayo (2007) e algumas legislações específicas das temáticas citadas. A investigação propiciará no final dos seus descritos o conhecimento sobre as diversas gerações encontradas em um coletivo de espaço de formação da EJA, e como a interlocução entre jovens, adultos e idosos pode promover pontos de transmissão de saberes, construção e (re)construção de valores, de memórias, convivências, fortalecimento de vínculos e conhecimentos acerca do processo de envelhecimento e dos maus tratos que acometem a este segmento etário.

Palavras-chave: EJA; Intergeração; Maus Tratos contra Pessoa Idosa.

ABSTRACT

The present study aims to understand how intergeneration is articulated in the educational spaces of Youth and Adult Education (EJA) and how this intergeneration can contribute to prevention of elder abuse in the contemporary context. This research is supported by studies that address the (in)tergeracional, such as Goldmam (2002) and Magalhães (2000); the EJA, we welcome Arroyo (1999), Freire (1991); and lastly, in the category of maltreatment, we studied Minayo (2007) and some specific legislations of the mentioned themes. At the end, the research will provide knowledge about the different generations found in a collective of EJA training space and how the interlocution between young people, adults and the elderly can promote points of knowledge transmission,

¹ Doutora em Educação. Docente da UNEB. Coordenadora do Grupo de Pesquisa PROGEI. E-mail: patrícia@inclusaodahora.com.br

² Mestranda em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA – UNEB. Assistente social. Membro do Grupo de Pesquisa PROGEI. E-mail: deysienecruz@hotmail.com



construction and (re)construction of values, memories, coexistence, strengthening of ties and knowledge about the aging process and the ill-treatment that affects this age group.

Keywords: EJA; Intergeneration; Bad Treatment of Elderly Person.

1 A PESSOA IDOSA: DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO AOS MAUS TRATOS

Envelhecer é um processo dinâmico vivido pelo ser humano no decorrer da sua existência. É um processo que ocorre inerente à vontade humana e envolve diversos fatores. O curso da existência humana inicia-se em seu nascimento, passando para a infância, perpassando pela adolescência, daí segue até a juventude; depois, a etapa adulta chegando então à faixa etária idosa. Esse processo de desenvolvimento humano se destaca como uma realidade dinâmica e progressiva na qual ocorrem modificações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas.

O processo de envelhecimento pressupõe alterações físicas, psicológicas e sociais no individuo, as quais ocorrem naturalmente e gradativamente. Mendes (2005) ainda afirma que envelhecer é "um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e dá-se por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada". Podemos analisar o processo de envelhecimento caracterizado pelas modificações biopsicossociais, tendo suas peculiaridades subjetivas dependendo da genética e da vida de cada individuo.

Zimerman (2005) caracteriza o processo de envelhecimento humano em três aspectos: os aspectos biológicos ou senescência, aspectos psicológicos e aspectos sociais. A partir desse contexto que faz uma breve incursão no processo de envelhecimento, podemos perceber que as modificações biopsicossociais do ser humano estão relacionadas à hereditariedade assim como. Também. à história de vida de cada um, ou seja, relacionada com o nível socioeconômico, atividade intelectual, saúde, cultura, educação, religião, trabalho entre outros aspectos pertinentes à qualidade de vida do ser humano.

Desta forma, reconhece-se como pessoa parte do processo do envelhecimento humano a pessoa idosa, que de acordo com o Estatuto do Idoso (2003), idoso é todo o individuo com



idade igual ou superior a 60 anos Art. 1º "É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos."

Conforme também a Organização Mundial da Saúde (OMS/2002), o idoso é todo indivíduo a partir de 60 anos ou mais, na expectativa de vida do Brasil, como um país subdesenvolvido; vale destacar que, nos países desenvolvidos, as pessoas idosas são indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos.

Segundo dados do Censo Demográfico-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o país possui cerca de 16 milhões de pessoas com mais de 60 anos, ou seja, 9,3% da população total. A expectativa de vida, que antes era em torno de 33,7 anos em 1950/1955, passou para 50,99 em 1990, chegou até 66,25, em 1995; e deverá alcançar 77,08, em 2020/2025.

Diante de tais mudanças do perfil demográfico, evidenciam-se também as significativas transformações em relação ao individuo idoso. Com demanda de políticas públicas que atendam à expansão populacional dos idosos, tanto no ponto de vista da vida individual, quanto coletivo, como também na qualidade da sua inserção social. A ONU considera o período de 1995 a 2025 a Era do Envelhecimento. Com este crescimento da população etária e, consequentemente, com as mudanças de grande porte nos campos da economia, da política, da cultura e do social ocorrem repercussões significativas com contextos das instituições.

No Brasil, mudanças ocorrem ao longo dos últimos decênios e entre essas, mudanças no cerne da instituição chamada família que, segundo Kaloustian (2000), é o espaço indispensável para a garantia de sobrevivência, de desenvolvimento e de proteção integral de todos os membros, independentemente do arranjo familiar, ou da forma como vêm se estruturando.

A família, por ser o lugar da primeira socialização e por desempenhar funções socialmente importantes junto aos seus membros, constitui um ponto nefrálgico com relação a um amplo conjunto de necessidades. Com efeito, quando a família se encontra em situação de fragilidade e ausente da existência das pessoas, os problemas enfrentados tendem a agravarse. Pelo contrário, à proporção que a família consiga interagir nas novas circunstâncias socioculturais, pode contribuir para amenizá-las. (FALEIROS, p. 80, 2001)



A família tem um papel crucial enquanto cuidadora, afetiva, amorosa e comunicativa, possui mais chances de promover condições de possibilidades para o desenvolvimento saudável entre os componentes familiares. A questão da estrutura familiar, a importância do ambiente é, portanto, fator fundamental no desenvolvimento de uma questão denominada de resiliência no que diz respeito aos enfrentamentos cotidianos das questões materiais e subjetivas introduzidos no ambiente familiar. Sendo assim, o espaço familiar é onde o idoso enquanto pessoa digna de sobrevivência deve ter seus valores respeitados e observados.

Este espaço, denominado família, representa um grupo social primário em que crianças, adolescentes, adultos e idosos estão ligados entre si por laços afetivos. Sendo, então, a família a instituição aqui destacada, podemos perceber que, na sociedade brasileira, as familias contemporâneas não se encontram preparadas para lidar com este aumento da população de idosos e, concomitantemente, com as peculiaridades sociais, físicas e psíquicas deste segmento.

Frente a esta realidade, emerge esse fenômeno chamado maus tratos contra o idoso, maus tratos que também é entendido com a nomenclatura violência que se destaca também no âmbito familiar, ou doméstico se referindo a ela como maus tratos intrafamiliar, ou seja, ocorridas no âmbito doméstico, no interior dos lares, destacando-se mais ainda pelo crescimento de forma marcante no cenário contemporâneo.

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001).

Este fenômeno denominado violência contra os idosos se classifica por várias formas conforme, Minayo (2005, p. 15) "As violências e os maus tratos familiar contra os idosos se referem a abusos físicos, psicológicos e sexuais; ao abandono, negligências, abusos financeiros e autonegligências".

Beauvoir (1990) e Falcão(2010), que se dedicaram ao segmento etário, aqui estudado, e considerando as experiências profissionais com esse público, destacam que as formas acima citadas por Minayo (2005) são uma violação de direitos humanos que causam lesões, doenças, perda de produtividade, isolamento e desespero.



2 A INTERGERAÇÃO E A EJA

Falar sobre intergeração, inicialmente, nos faz imaginar falar sobre as gerações familiares, nas quais, particularmente, se iniciam este convívio que se enfatiza a dimensão das relações entre genitores e filhos/as como aponta Ramos (2006).

No entanto, falar de intergeração, no contexto atual, apesar da longevidade de vida, é um marco, sobretudo, contemporâneo e a ideia da intergeração ainda é muito tímida nos meios acadêmicos, e um tanto desafiador. Brito da Motta (2004) defende que os estudos parecem mais voltados à análise de formas de interação marcadamente intrageracional do que intergeracional.

Sobre modos de sociabilidade na velhice, temática de interesse da autora citada, considera como fenômeno próprio da contemporaneidade "o encontro de pessoas idosas em grupos organizados, de propostas variadas, desenvolvendo uma sociabilidade marcadamente intrageracional" (BRITTO DA MOTTA, 2004, p.109), já sobre a intergeração, a autora faz a alusão que:

O reencontro e a solidariedade geracionais são grandes e bons momentos iniciais na trajetória do idoso em busca da redefinição de seu lugar social, mas deverão ser também base e fortalecimento para a busca - que deveria ser da sociedade inteira - da convivência, privada e pública, com outras gerações. E desse tipo de movimento, de passagem do encontro intrageracional para o intergeracional pouco se tem notícia. (BRITO DA MOTTA, 2004, p.118).

Partindo da necessidade dessa discussão, em especial nos viés acadêmicos, urge falar das relações entre distintas gerações e, para tanto, se destaca Salles Oliveira (1999) que reflete sobre a convivência entre avós e netos/as. O autor defende que, independentemente da condição etária, pode-se aprender e mudar a partir da experiência do outro, tendo como premissa básica a igualdade de direitos e respeito às diferenças. Salles Oliveira (1999, p.14) mostra que, através da convivência, avós e netos/as "são capazes de criar práticas originais, de reinterpretar ideias e sugestões, de reinventar o que já vem pronto e de fazer de suas vidas uma travessia de partilhas e mudanças". Ainda segundo o autor, os idosos e crianças de maneiras distintas se educam reciprocamente.



Já Ferrigno (2003) defende a interação entre os idosos e adultos, sejam professores /as e estudantes, sejam estudantes e estudantes, sempre uma interação de forma intergeracional a qual o autor afirma a importância na medida em que flexibiliza relações, valores e comportamentos, bem como diminui o preconceito etário uma vez que possibilita incrementar a inclusão social de velhos e jovens, prevenir situações de violência, principalmente, no ambiente familiar e claro é uma interação que busca o enriquecimento mutuamente, através das aprendizagens compartilhadas. Observa-se que ambos os autores destacam a ideia de que sujeitos de diferentes gerações (velhos, criança, jovens e adultos), juntos, modificam seus modos de pensar e ser desde que este convívio se estabeleça.

É notório que no campo da educação formal, as escolas passam a se preocupar com a ideia de organizar as turmas conforme os recortes do segmento etário e, por muitos anos na história da educação, foi-se determinante esta proposta de formação de turmas no contexto educacional até que surge a Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Brasil, que passa a se constituir em uma modalidade de ensino tendo as Diretrizes Curriculares Nacionais regulamentadas pelo Conselho Nacional de Educação, através da aprovação do Parecer nº 11, de maio de 2000.

De acordo com o parecer supracitado, a EJA é reconhecida como "uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola e fora dela" (BRASIL, 2000). Este contexto de negação de direitos se acentua com maior intensidade, na realidade do interior do estado da Bahia, principalmente, nas regiões onde se localizam as escolas do campo, regiões exploradas e esquecidas. Sobre os coletivos populares, representados por jovens e adultos analfabetos, destaca Arroyo.

Os jovens-adultos populares não são acidentados ocasionais que, gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas. As mesmas vivenciadas por seus pais e avós; por sua raça, gênero, etnia e classe social. (ARROYO, 2005, p.250).

Já na Constituição Federal do Brasil, de 1988, a EJA é vista como um direito das pessoas jovens e adultas com o objetivo primordial de oferecer escolaridade aos que não tiveram acesso ou continuidade à educação básica - indivíduos das classes populares, em



quase sua totalidade, favorecendo, assim, a inclusão social dessas pessoas em seu exercício da cidadania plena.

Observa-se, então, que a EJA atenderá duas grandes categorias etárias: jovens e adultos de forma a atender os processos de práticas pedagógicas a partir de "conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais" desenvolvidos dentro, ou fora de ambientes escolares (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.108), envolvendo um universo plural de práticas pedagógicas que ocorrem em diversos domínios da vida social.

Assim, a EJA divide-se em duas importantes vertentes: a primeira que desenvolve seu processo educacional fora dos moldes formais de educação³ como em locais de trabalho, instituições religiosas, organizações comunitárias, sindicatos, ONGs entre outros; e uma segunda vertente que diz respeito aos processo educacional formal, ou seja, na escola, sala de aula. Conforme a regulamentação, a idade mínima para ingresso na EJA é de 14 anos, não havendo limite quanto à idade máxima o que já se percebe, então, a possibilidade de adultos e idosos das mais distintas faixas etárias, neste contexto da EJA, aqui brevemente estudado.

É importante referenciar Freire (2000, p.58), quando defende "só existe o saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem do mundo, com o mundo e com os outros", ou seja, o ato pedagógico a partir da vivência cultural, social, política, econômica e ideológica do/a educando/a e que na EJA esse ato pode se dá com as experiências partilhadas entre seu público intergeracional internamente inserido.

O fenômeno social do compartilhamento de espaços sociais, nesse estudo, tendo a EJA como referência desse espaço, está intrinsecamente ligado às determinações de moldes de idade, ou pelo molde geração como é epistemologicamente conhecido. Para tanto, faz-se necessário conceituar a terminologia geração.

³Para Gonh (2006) os Espaços formais de aprendizagem são as escolas que se desenvolve em uma organização sistemática de ordem sequencial e disciplinar que se divide por nível de conhecimento, como exemplo deste espaço, podemos citar a modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA que é a modalidade de ensino da educação básica que mais reflete a dívida do sistema educacional brasileiro com os coletivos populares.



As gerações são mais que cortes demográficos. Envolvem segmentos sociais que comportam relações familiares, relações entre amigos e colegas de trabalho, entre vizinhos, entre grupos de esportes, artes, cultura e agremiações científicas. Implicam estilos de vida, modos de ser, saber e fazer, valores, ideias, padrões de comportamento, graus de absorção científica e tecnológica. (MAGALHÃES, 2000, p. 37).

É um fenômeno que destaca as relações sociais entre grupos etários distintos onde não se considera apenas a cronologia, mas deve considerar os estilos de vida, o saber, valores, memória, com intuito de viabilizar uma relação entre as distintas gerações. Partindo deste pressuposto, surge a intergeração que, segundo Goldman (2002, p.28), é " um conceito que se vive, que se aplica à vida cotidiana. É uma forma de aproximação entre as gerações para melhor compreender e buscar, solidariamente soluções aos problemas que envolvem todas as faixas etárias."

Para a existência da intergeração é necessário retomar o senso de coletividade e solidariedade, ultrapassando o individualismo, ou o recorte geracional predominante na sociedade contemporânea. Como afirma Magalhães (2000, p. 153) "Aproximar gerações é objetivo do trabalho social que busca quebrar barreiras geracionais, eliminar preconceitos e vencer discriminações".

Na EJA, é perceptível esta possibilidade, pois como afirmado pelos teóricos e legislações, propõe-se o partilhamento de gerações diversas como jovens, adultos e idosos e é uma realidade na qual se percebe a troca de solidariedade, a troca de saberes, a troca de valores de forma como Oliveira (1999) e Barros(1987), quando se referem a relações entre as gerações, ou seja, relações intergeracionais como o repasse do conhecimento dos mais velhos para os mais novos, reproduzindo as relações sociais do início do século em que o idoso era o dono do saber, perpetuador do conhecimento muitas vezes transmitido através de ordens e ausência de diálogo.

3 SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se caracterizou por ser bibliográfica, de cunho qualitativa, com designo exploratório e descritivo, pois se buscou investigar como a EJA, na realidade de uma cidade do Recôncavo Bahia, pode contribuir para a prevenção dos maus tratos contra pessoa idosa. A pesquisa bibliográfica oferece meios para definir e resolver não somente problemas já



conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizam suficientemente (MARCONI; LAKATOS, 2005). Essa investigação perpassou pelos caminhos do paradigma fenomenológico com abordagem qualitativa, segundo Alvarenga (2011) .Para Triviños (2011) ainda se comprova que esse tipo de investigação exige participação dos próprios sujeitos investigados em sua realidade e suas próprias vivências.

O enfoque, aqui descrito, interessa conhecer como as pessoas pensam, sentem e agem, com suas experiências, suas atitudes e crenças. Para tanto, esta investigação com abordagem qualitativa foi realizada com enfoque na pesquisa bibliográfica, que é uma etapa essencial em todo trabalho científico, que fundamenta todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que oferece o embasamento teórico que se baseará todo o trabalho. Este tipo de pesquisa consiste no levantamento, seleção, fichamento, análise documental, revisão de literatura e organização de informações relacionadas ao tema.

Para o desenvolvimento da pesquisa e melhor compreensão do tema, este artigo foi elaborado a partir de uma coleta de dados já citadas no resumo do presente trabalho e, além da busca nas bases citadas, segundo Fonseca (2002) é característica dessa abordagem metodológica, investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas. Esse cruzamento de recursos nos permite atrelar informações do campo teórico com o prático, o que enriquece o resultado do estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: A PREVENÇÃO DOS MAUS TRATOS A PARTIR DA INTERGERAÇÃO NA EJA

A interação entre a pessoa idosa às demais gerações pode ser ilustrada pela presença simultânea das gerações envolvendo jovens e idosos, que requer uma percepção dos limites e possibilidades de cada um no seu tempo.

Neste contexto, se compreende que a pessoa idosa sempre tem algo a ensinar para as demais faixas etárias e um dos seus repasses neste espaço de promoção intergeracional está o repasse do conhecimento dos mais velhos para os mais novos, reproduzindo as relações sociais, uma atitude seletiva com respeito aos ensinamentos da tradição e às lições da



experiência, o que contribui, em todo processo, com uma percepção ampliada da pessoa idosa; e com isso um maior respeito e compreensão.

Para Arendt (1998) atividade em grupos de diversas gerações favorece o individuo não só reviver, mas refazer, reconstruir, repensar imagens e ideias através do diálogo intergeracional. Partindo do breve contexto de trocas, percebe-se que a EJA, por vezes, sem entendimento dos seus atores, contribui para o fortalecimento de vinculo entre as gerações e a forma como compreendidos em suas fases da vida podem corroborar com ações e atitudes objetivando a promoção do bem estar social de todos, além da construção de um ambiente justo que favoreça aos mesmos seus direitos sociais.

Construindo essa troca e vivência, os espaços da EJA, além de corresponder o que afirma Arroyo (1999), busca ainda complementar o que afirma a Política Nacional do Idoso em reafirmar a inviolabilidade dos direitos a pessoa idosa, que no presente estudo a violação citada, são os maus-trados.

Os espaços de formação da EJA, conforme o lócus da pesquisa, descrito no percurso metodológico deste trabalho científico, possibilitam as pessoas idosas, jovens e adultas a compartilharem suas angústias, tristezas, amores, alegrias, afetos, subjetividades; sobretudo, a troca de experiências de vida, quando oportunamente estão convivendo e aprendendo juntos/as. Em sua amplitude é uma promoção ao bem estar biopsicossocial desses indivíduos, pois é a oportunidade de viver momentos de integração, convivência social, de forma que se quebrem paradigmas e imaginário social da juventude contemporânea, perante aos indivíduos em processo de envelhecimento, os quais um dia poderão ser eles, os jovens e adultos, de forma inerente à sua vontade.

No que tange esta aproximação geracional e a quebra de paradigmas acerca da pessoa idosa, estudos estatísticos e a observação metodológica apontam que o convívio intergeracional, através da EJA, oferta mudanças no contexto sociocultural e de diminuição aos maus-tratos contra pessoa idosa, conforme já sinalizado em seção anterior.

Os maus tratos contra pessoa idosa, na cidade onde o estudo foi realizado, vem crescendo cotidianamente, e os números se alargam nos contextos familiares. Indivíduos pertencentes dessas famílias, ou comunidade, são estudantes da EJA a qual proporciona



atividades para além de pedagógicas como já afirmou Freire (2000), mas também atividades socioeducativas, por meio das quais envolve seus atores que também são as famílias, vizinhos, conhecidos de pessoas idosas e promove, assim, a reflexões do cotidiano, dos enfrentamentos biopsicossociais, de solidariedade diante os fenômenos propostos pelo processo de envelhecimento de forma atingir a promoção de transformações de comportamentos acerca da pessoa idosa e, paralelamente, a prevenção da violência contra este segmento etário.

Partindo desta reflexão, além das possibilidades e atenções que a EJA promove em suas legislações, estudos e parâmetros, pontua-se de forma destacável, como já dito, talvez, ainda, inconscientemente, o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) que, em seus artigos, preconizam a discussão que favoreça uma melhor compreensão no processo de envelhecimento como coisa inerente à existência humana, apontando a inclusão do tema envelhecimento nos currículos mínimos da educação formal, em seu art. 21 e 22, o que afirma a importância de contribuirmos para o processo de troca cultural e intergeracional.

Em paralelo a tal imersão sobre as trocas culturais, em legislações especificas da pessoa idosa, tem também a Política Nacional da Pessoa Idosa (BRASIL, 1994) que fortalece a proposta tentando dialogar a importância da intersetorialidade visando garantir a inclusão nos currículos escolares de disciplinas que abordem o processo de envelhecimento, a desmistificação da senescência, como sendo diferente de doença, ou de incapacidade, valorizando a pessoa idosa e divulgando as medidas de promoção e prevenção de saúde em todas as faixas etárias. Em suma, pensar o processo de envelhecimento, atualmente, é uma necessidade das agendas intersetoriais; porém, ainda, é muito tímida essa possibilidade.

A condição de pertencimentos geracionais é envolvida por todos que têm a oportunidade de conviver socialmente com pessoas idosas, que podem construir e (re) construir as trocas de memórias culturais, o conhecimento que a pessoa idosa pôde passar e ainda de valores éticos a serem desenvolvidos naturalmente pela convivência intergeracional, são os principais fatos que asseguram que a intergeração, e nesse caso através da EJA, pode acontecer.



Partindo da analise e reflexão acerca do conteúdo acima, pode-se afirmar que a intergeração através da EJA ocorre e, como percebida no lócus desta pesquisa, é possível transformações sociais, pois na experiência vivenciada a troca de saberes, a compreensão sobre o processo de envelhecimento, o respeito, a promoção de cidadania prevalecem e pode ocasionar em prevenção de preconceitos e estereótipos que levam à violência e/ou maus tratos contra pessoa idosa, em especial, no ambiente intrafamiliar.

5 CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

A proposta nos leva a refletir sobre a temática e é justamente uma proposta reflexiva (in)conclusiva por se tratar de um estudo pioneiro e ainda muito tímido, o qual pretende enfrentar todas os limites e possibilidades naturais de novas propostas científicas.

Percebem-se, como resultados da modalidade da EJA, tem grupos intergeracionais, mesmo com estudos ainda inexistentes, é notório que esta aproximação intergeracional sinaliza a "ressignificação" do convívio entre jovens e idosos; sobretudo, onde as histórias pessoais de vida são valorizadas e transmitidas de forma que os comportamentos são renovados já que a memória cultural e de valores "domésticos" são multiplicados e repassados dos velhos para os jovens.

Em suma, pode-se afirmar que a convivência intergeracional, através da EJA, pode sim contribuir para a reflexão e mudança de cenário social no que diz respeito ao processo de envelhecimento com mais respeitos a esta fase biopsicossocial da vida e aos pontos demandantes que afetam este processo, como os maus tratos e/ou violência intrafamiliar contra pessoa idosa, uma vez que as pessoas que acometem são pessoas da família, da comunidade, e estes, vivenciando experiências junto a EJA, além de vivenciar, podem semear o respeito e compreensão das peculiaridades da pessoa idosa como aspectos positivos e inerentes a existência humana e não mais com a impaciência e desconhecimento do processo de envelhecimento e existência da pessoa idosa.

REFERÊNCIAS



ARROYO, Margarete. Representações sociais sobre práticas de ensino e aprendizagem musical: um estudo etnográfico entre congadeiros, professores e estudantes de Música. **Tese de Doutorado em Educação Musical**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

ARROYO, Miguel. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Autêntica, 2005.

BEAUVOIR, Simone. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar:** orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. — Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

Lei Federal Nº 10.741 de 1° de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
Constituição Federal, 1988.
BRITO DA MOTTA, Alda. Sociabilidades possíveis: idosos e tempos geracionais. In: FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
Educação como prática da liberdade. 24. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.
Pedagogia do oprimido . 30. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2001.
A importância do ato de ler.36. ed., São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. Investigar em Educação: Educação não formal e aprendizagens informais. Minho, Portugal, v. 1, n. 1, p.35-50, jan. 2014. **Semestral. II Série**. Disponível em: http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/issue/view/1. Acesso em: 17 agos. 2017.

MAGALHÃES, D. N. Intergeracionalidade e cidadania. In: PAZ, Serafim. **Envelhecer com cidadania**: quem sabe um dia? Rio de Janeiro:CBCISS-ANG/RJ. (2000).

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa Crítica / Etnopesquisa Formação.** 2. ed. Brasilia: Liber Livro, 2010. 179 p. (Pesquisa v. 15)

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005



MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

Submetido em: 19/12/2018 Aprovado em: 06/02/2019

109